



© Imagem capa Ana Ribeiro

Scientia Antiquitatis

Revista de Arqueociências

José d'Encarnação
Ana Ribeiro

Nº 3 | 2025

Scientia Antiquitatis

Revista de Arqueociências

SCIENTIA ANTIQUITATIS
Revista de Arqueociências

Semestral
ISSN 2184-1160

<http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/>

Revista consagrada à publicação de textos interdisciplinares na área da Arqueologia, privilegiando vários tipos de estudos, procurando dar a conhecer resultados de trabalhos mais específicos mas também sínteses mais alargadas que podem abranger publicações de teses de mestrado e doutoramento. Publica dois números por ano mas também números especiais, temáticos, em livre acesso.

Disciplinas: Arqueologia, Arqueociências, Património

Editores:

Leonor Rocha | Gertrudes Branco | Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Dezembro de 2025

Vol.12 | N. 3 | 2025

Diretor: Leonor Rocha

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

Nota: O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. A Scientia Antiquitatis declina qualquer responsabilidade por questões de ordem ética e/ou legal bem como no cumprimento do Acordo Ortográfico, que são unicamente da responsabilidade dos autores de cada texto.

Sumário

Carta Arqueológica de Avis e a construção de uma nova leitura do território (2005-2025): revisão síntese e perspectivas

Ana Ribeiro 7

Arquitectura na Lusitânia Romana: considerações à margem de um ensaio

José d'Encarnação 28

Carta Arqueológica de Avis e a construção de uma nova leitura do território (2005-2025): revisão síntese e perspectivas

Ana Cristina Ribeiro^{a, @}

^aCentro de Arqueologia de Avis
@Contacto: ana.ribeiro@cm-avis.pt

Resumo

Iniciada em 2005, a Carta Arqueológica de Avis permitiu o desenvolvimento de uma estratégia sistemática de prospecção, inventariação e diagnóstico das evidências de ocupação humana, consolidando uma leitura integrada do território e das dinâmicas que o moldaram. Paralelamente, o projecto contribuiu para a definição de orientações metodológicas e de estratégias de intervenção. Duas décadas após o início da Carta Arqueológica de Avis, apresenta-se uma síntese dos resultados alcançados, sublinhando a sua relevância no âmbito dos instrumentos de planeamento e de gestão do território e para a definição de estratégias de estudo, salvaguarda e valorização do património arqueológico local.

Palavras-chave

Avis | Carta Arqueológica | Diagnóstico | Inventário

Abstract

Initiated in 2005, the Archaeological Map of Avis enabled the development of a systematic strategy for survey, inventory and assessment of evidence of human occupation, consolidating an integrated understanding of the territory and the dynamics that shaped it. At the same time, the project contributed to the definition of methodological guidelines and strategies for intervention. Two decades after the start of the Archaeological Map of Avis, a synthesis of the results achieved is presented, highlighting its relevance as a tool for territorial planning and management, as well as for the study, protection, and valorization of the local archaeological heritage.

Keywords

Avis | Archaeological Map | Diagnostic Assessment | Inventory

1. Breve enquadramento da área em estudo

O concelho de Avis, situado no Alto Alentejo, integra o distrito de Portalegre e apresenta como limites territoriais os concelhos de Ponte de Sor, Alter do Chão, Fronteira, Sousel e Mora. Com uma área aproximada de 606 km², o concelho é composto por oito freguesias: Alcórrego, Aldeia Velha, Avis, Benavila, Ervedal, Figueira e Barros, Maranhão e Valongo, quatro das quais organizadas em duas uniões de freguesia — União das Freguesias de Alcórrego e Maranhão e União das Freguesias de Benavila e Valongo.

O território é marcado por duas albufeiras de relevo paisagístico significativo: a albufeira do Maranhão, formada pelo aproveitamento da ribeira de Seda, e um ramo terminal da albufeira de Montargil, inserido na bacia hidrográfica do rio Sor.

Geologicamente, Avis situa-se numa zona de transição entre o limite oriental da Bacia do Baixo Tejo, caracterizada por depósitos sedimentares terciários e quaternários predominantes na faixa ocidental, e o Maciço Antigo, constituído por formações pré-câmbricas e paleozóicas. Estas incluem essencialmente xistos, grauvaques, quartzitos, conglomerados e rochas carbonatadas.

O relevo do concelho é suave, variando entre 60 e 240 metros de altitude, predominando planuras ligeiramente onduladas. Destacam-se afloramentos de xistos nas áreas de Aldeia Velha, Avis e Maranhão, granitoides na zona nascente e formações carbonatadas na zona sudeste. A faixa ocidental apresenta

alternância de depósitos cenozóicos de sedimentos finos e grosseiros, com idades compreendidas entre o Paleogénico e o Quaternário.

No que respeita à pedologia, identificam-se principalmente solos mediterrâneos pardos, vermelhos ou amarelos, associados a áreas de relevo suave e substrato sedimentar, bem como solos litólicos não húmidos em zonas de maior afloramento rochoso. Ocorrências dispersas de solos podzolizados e litosolos também foram registadas.

Toda a área do concelho apresenta boa drenagem natural, sendo atravessada por diversos cursos de água ligados à margem esquerda da Bacia Hidrográfica do Tejo. Entre estes destacam-se a ribeira de Seda e os seus afluentes — ribeiras Grande, Sarrazola, Enxara, Almadafe e Alcórrego — bem como as ribeiras de Santa Margarida e da Margem, que se inserem na bacia do rio Sor, subafluente do Tejo.

Pela sua localização e características, o concelho de Avis reúne condições propícias à fixação humana desde tempos recuados. Trabalhos realizados desde o final do século XIX, com particular intensidade nas últimas duas décadas, permitiram identificar e registar testemunhos de diferentes momentos de ocupação deste território.

2. Evolução da actividade arqueológica no concelho de Avis

A investigação arqueológica desenvolvida no concelho de Avis revela uma trajetória marcada por distintas fases de sistematização e rigor. Desde o final do século XIX, os trabalhos arqueológicos aí realizados evidenciam a evolução das abordagens e o contributo de várias figuras e instituições ao longo de mais de um século.

Neste percurso, os monumentos megalíticos constituíram, até meados do século XX, o principal foco de interesse. As primeiras intervenções, conduzidas por Manuel Mattos Silva e José Leite de Vasconcelos (SILVA, 1895a; *idem*, 1895b), caracterizavam-se pelo seu carácter pontual e limitado. O desenvolvimento de abordagens mais amplas e sistemáticas introduziu uma nova perspectiva da evidência arqueológica, evidente no trabalho de Vergílio Correia (CORREIA, 1921) e, posteriormente, no levantamento realizado por Georg e Vera Leisner (LEISNER e LEISNER, 1959).

Durante a década de 1970, destacam-se as iniciativas de carácter local, associadas a movimentos associativos e ao crescente interesse pelo património. Estas iniciativas, apesar de se caracterizarem, em alguns casos, pela falta de rigor nos métodos de recolha e registo, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a realidade arqueológica do concelho e estabeleceram um primeiro vínculo entre o património e a comunidade local (RIBEIRO, 2014-2015, p. 325).

Essa relação foi decisiva para que, nas décadas seguintes (1980 e 1990), surgissem acções apoiadas ou promovidas pela autarquia, reflectindo uma crescente consciência municipal sobre o valor do património arqueológico como recurso estratégico para o desenvolvimento local. As acções realizadas evidenciaram uma preocupação cada vez maior com a preservação e valorização do património, preocupação que mais tarde se iria reflectir no Plano Diretor Municipal (PDM) de 1995.

A partir de 2002, e na sequência do Gabinete Técnico Local, desenvolve-se, por iniciativa municipal, um plano de trabalhos arqueológicos em regime de continuidade, abrangendo diferentes níveis de intervenção, desde estudos e levantamentos a acompanhamentos, escavações e prospecções. Esta abordagem permitiu não apenas consolidar o conhecimento científico sobre o património arqueológico do concelho, mas também incrementar a sua valorização e divulgação, promovendo a sensibilização da comunidade para a importância do património através de um conjunto de iniciativas.

Entre os diversos projectos desenvolvidos, a elaboração da Carta Arqueológica assumiu particular relevância. Reconhecendo a importância do conhecimento aprofundado do património local, o Município de Avis promoveu o projecto de investigação *Carta Arqueológica de Avis*, com o objetivo de dotar o concelho

de um instrumento sistemático e abrangente, no qual fossem inventariados, tão exaustivamente quanto possível, os vestígios arqueológicos existentes. Esta abordagem transcendia a mera compilação de referências bibliográficas e documentais, propondo-se criar um levantamento sistemático do património arqueológico local, concebido como uma ferramenta de investigação, planeamento, salvaguarda e valorização cultural.

A concretização do projecto permitiu o levantamento e o diagnóstico das evidências de ocupação humana no território, contribuindo para a construção de uma visão global e integrada do património arqueológico local.

Através da revisão da informação precedente, aliada à identificação e caracterização de novos sítios, foi possível actualizar o inventário e definir estratégias orientadas para o estudo e valorização do património arqueológico. Gradualmente, a visão fragmentada e incompleta inicialmente existente foi sendo ultrapassada, revelando uma realidade diversificada e complexa do que aquela que constava, quase exclusivamente, no PDM de 1995.

3. Carta Arqueológica de Avis

A diversidade paisagística e geológica que caracteriza o concelho de Avis, assim como a disponibilidade de recursos naturais, conferem a este território condições favoráveis à presença humana. Contudo, apesar deste potencial, as evidências arqueológicas conhecidas no início da Carta Arqueológica eram claramente insuficientes para uma leitura da ocupação humana do território.

O PDM de Avis, aprovado em 1995, constituía a última referência para o património arqueológico local, reunindo um total de 62 sítios. Este inventário resultava da revisão de trabalhos anteriores, bem como da identificação de alguns novos locais de interesse arqueológico. As áreas documentadas eram, contudo, reduzidas e concentravam-se sobretudo em zonas com monumentos megalíticos, que haviam sido o foco predominante das investigações até meados do século XX. Nas restantes áreas, especialmente a norte e a oeste, o registo de evidências era reduzido ou inexistente.

Reconhecendo que os dados conhecidos para o concelho eram manifestamente insuficientes face à sua dimensão e às suas características naturais, foi iniciado o projecto da Carta Arqueológica de Avis, uma iniciativa municipal desenvolvida em duas fases — 2005/2009 e 2011/2014 —, enquadradas na categoria A do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Os trabalhos realizados tinham como objectivo principal a realização de um levantamento actualizado do património arqueológico do concelho. A metodologia adoptada privilegiou a recolha sistemática de informação através de prospecções, orientadas para o registo e caracterização de sítios, articulando-se com a análise cartográfica — nomeadamente da toponímia e da oro-hidrografia —, a revisão bibliográfica e documental, a recolha de informação oral e a observação directa da paisagem.

Através da revisão da informação precedente e da identificação e caracterização de novos sítios, foi possível actualizar o inventário do património arqueológico e delinear estratégias destinadas a promover o seu estudo e valorização.

As prospeções realizadas entre 2005 e 2009 resultaram num aumento significativo do número de sítios registados, confirmando a necessidade de uma cobertura territorial mais exaustiva. A eficácia da metodologia adoptada na identificação de novas evidências permitiu reduzir gradualmente a visão fragmentada da distribuição dos sítios, revelando uma clara tendência para o acréscimo de locais de interesse arqueológico à medida que os trabalhos avançavam. Em 2011 teve início a segunda fase da Carta Arqueológica, prolongando-se até 2014 e permitindo reunir um total de 205 referências no final do projecto.

Esta visão mais abrangente do território e das dinâmicas de ocupação ao longo do tempo foi determinante para a definição de uma estratégia de intervenção arqueológica orientada para a preservação, o estudo e a valorização do património local. Entre as iniciativas desenvolvidas com base nos resultados da Carta

Arqueológica, destacam-se, na vertente da investigação, os projectos “Intervenção arqueológica no sítio da Ladeira, Ervedal” (RIBEIRO, 2010; *idem*, 2014-2015) e “Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis – TEMPHE” (*idem*, 2018b); e, no âmbito da preservação e promoção, o “Plano de gestão e valorização de sítios e monumentos arqueológicos | Património megalítico” (*idem*, 2017c) e o roteiro megalítico “Entre pedras e pedrinhas” (*idem*, 2018 c).

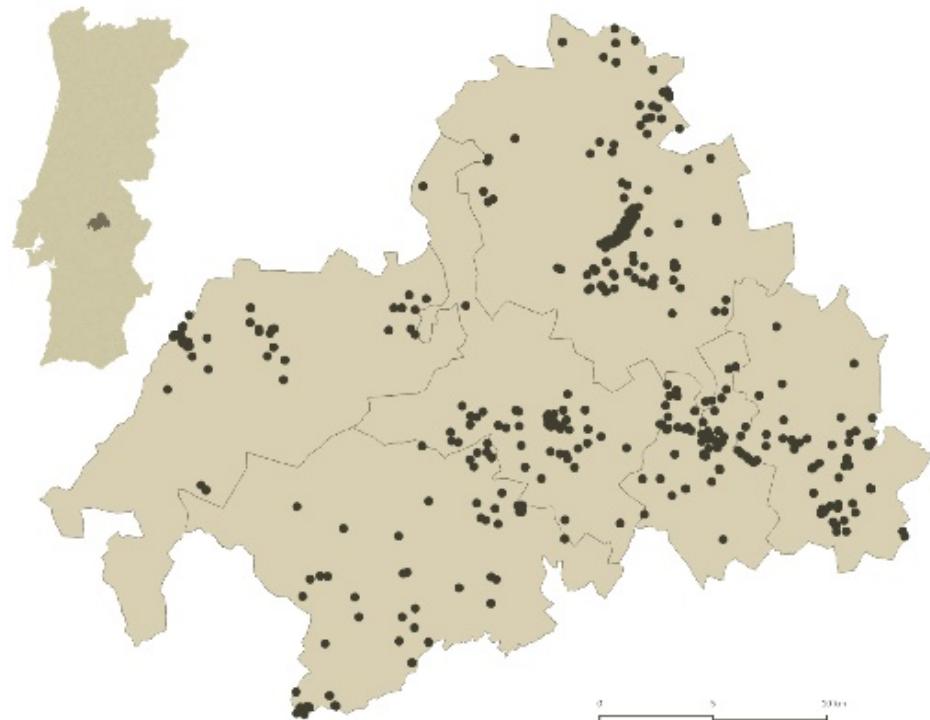
Em 2021, na sequência do Relatório do Estado do Ordenamento do Território, verificou-se a necessidade de proceder à revisão da Carta Arqueológica de Avis. Este trabalho, enquadrado na categoria C do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, teve como objectivo principal corrigir eventuais imprecisões na localização dos sítios, através da sua relocalização com recurso a GPS. Foram igualmente conduzidas prospecções destinadas a confirmar o potencial arqueológico de locais assinalados em campanhas anteriores, bem como acções de monitorização do estado de conservação dos sítios e de actualização dos respetivos registos.

A execução da Carta Arqueológica fomentou assim uma estratégia sistemática de levantamento e diagnóstico das evidências de ocupação humana no território, materializada num conjunto de acções que tem contribuído para a construção de uma visão global e integrada do património arqueológico local, além de favorecer uma aproximação mais profunda ao território e às suas particularidades.

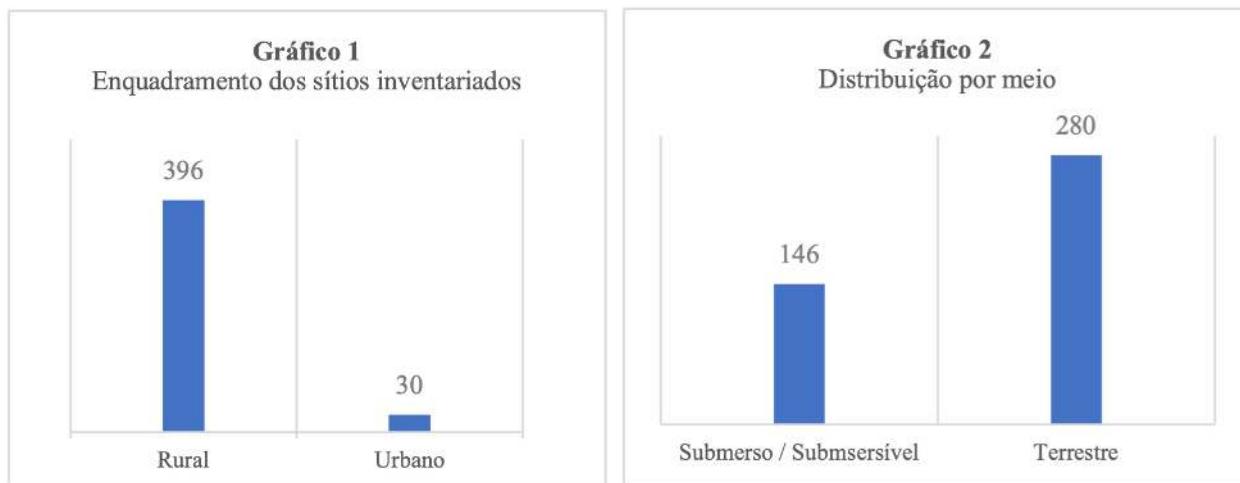
Como resultado, foi possível actualizar, de forma abrangente, o quadro de referências do património arqueológico e implementar o Inventário Geral do Património Arqueológico de Avis (IGPAA), fundamental para a gestão do património, ao nível do estudo, da salvaguarda e da valorização.

O inventário reúne 426 sítios de interesse arqueológico, registados até novembro de 2023, abrangendo um período cronológico que se estende desde a Pré-História Antiga até à época Contemporânea. O registo e a caracterização dos sítios foram baseados na recolha de informação arqueológica obtida através de prospecções, estando, por isso, condicionados pelas ocorrências identificadas.

Figura 1. Mapa síntese com a distribuição dos sítios e monumentos inventariados



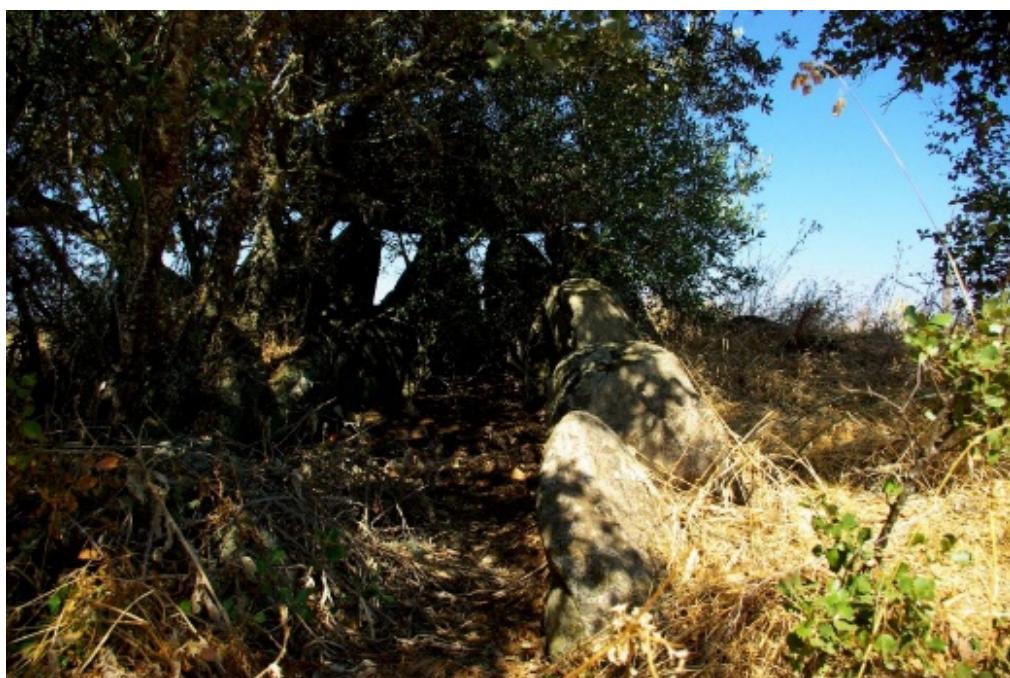
Para a elaboração do inventário, foram considerados todos os sítios e monumentos identificados nos diversos trabalhos arqueológicos realizados no concelho de Avis, desde as intervenções anteriores à década de 1970 até às acções mais recentes, validadas pelas entidades oficiais de tutela e devidamente acompanhadas dos respetivos relatórios técnicos.



Integram este inventário os sítios e monumentos classificados, em vias de classificação ou inseridos em zonas de protecção, bem como sítios arqueológicos já inventariados e áreas com potencial valor arqueológico, situados em contexto rural ou urbano, em meio terrestre, submerso e/ou submersível.

O caráter sistemático e contínuo da Carta Arqueológica de Avis confere-lhe um papel central neste inventário, sendo complementada pelos resultados do projecto TEMPHE. Em conjunto, estes contributos permitiram redefinir a percepção da distribuição dos vestígios arqueológicos em Avis, numa visão renovada e mais completa do seu património.

Figura 2. Anta Ordem 1 (UF Alcórrego e Maranhão)

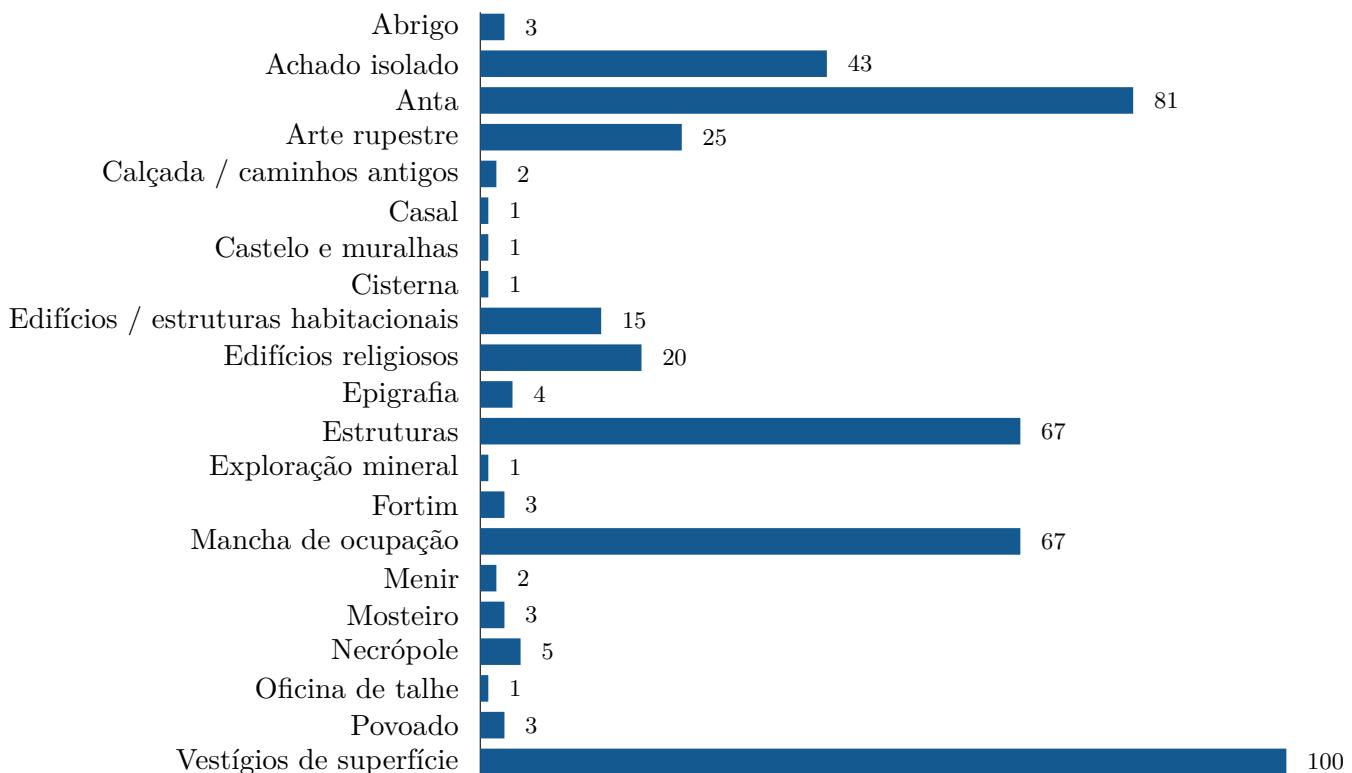


No conjunto de sítios registados, observa-se um claro predomínio de sítios localizados em meio rural, distribuídos por toda a área do concelho. No meio urbano, destaca-se a concentração de zonas arqueológicas na vila de Avis, reflexo da antiguidade da sua ocupação e da relevância histórica do seu núcleo urbano.

No que respeita ao património arqueológico classificado no concelho de Avis, destacam-se a Anta da Herdade da Ordem (Monumento Nacional), a Lápide da Igreja de Benavila (Monumento Nacional), o Castelo e Muralhas de Avis (Monumento Nacional), o Conjunto Monástico de São Bento de Avis (Imóvel de Interesse Público) e os Paços do Concelho Medievais (Monumento de Interesse Público).

No Centro Histórico, multiplicam-se sítios e áreas arqueológicas inseridos nas zonas de protecção de diversos monumentos classificados. Destacam-se a Igreja Matriz, a Igreja e Hospital da Misericórdia, Avis 1 – Rua Joaquim Figueiredo, Avis 2 – Paços do Concelho Medievais, Avis 3 – Necrópole do Largo Dr. Sérgio de Castro, Avis, 4 – Largo Cândido dos Reis 1, Avis 5 – Cerca Monástica, Avis 6 – Largo Cândido dos Reis 2, Avis 7 – Rua das Portas de Évora / Rua de António José de Almeida, Avis 8 – Largo Cândido dos Reis, Avis 10 – Portas de Évora e Avis 11 – Santo António (Cemitério Velho).

Quadro 1



Em contexto rural ganham relevo os monumentos megalíticos em vias de classificação, inseridos no processo do Megalitismo Alentejano. A proposta, submetida em 2020 pela Direção Regional de Cultura do Alentejo, reconhece o valor excepcional deste património e a necessidade de garantir a sua protecção perante a rápida e profunda transformação da paisagem alentejana.

No âmbito da revisão da Carta Arqueológica de Avis, foram actualizados os dados relativos a este procedimento, introduzindo-se as correcções necessárias em articulação com a Tutela, permitindo confirmar 77 referências. A Carta identifica ainda seis monumentos que permanecem fora do processo de classificação, mas que integram o inventário arqueológico do concelho.

Ainda em contexto rural, assinalam-se os vestígios associados à *villa* Entre Águas 1, assim como a Capela de N^a Sr.^a de Entre Águas (Entre Águas 3), que se encontram na zona de protecção da Lápide da Igreja de Benavila, referenciada no inventário como Entre Águas 2.

As restantes ocorrências correspondem a zonas arqueológicas inventariadas e reflectem a diversidade e a riqueza arqueológicas deste território, incluindo sítios desde o Paleolítico até à época Contemporânea.

4. Uma síntese dos resultados

A realização da Carta permitiu rever a informação existente e desenvolver estratégias de identificação de vestígios arqueológicos, contribuindo, não só para a inventariação do património arqueológico local, mas, sobretudo, para uma nova interpretação da distribuição das diferentes tipologias e fases de povoamento.

Quadro 2. Distribuição por período cronológico predominante

	Período	N.º de sítios	Total	%
<i>Pré-História</i>	Pré-História	130	238	56
	Paleolítico	9		
	Neo-Calcolítico	90		
	Pré-História / Medieval / Moderno	1		
	Pré-História / Moderno	1		
	Pré-História / Romano	7		
<i>Romano</i>	Romano	48	54	13
	Antiguidade Tardia	1		
	Romano / Medieval / Moderno	1		
	Romano / Moderno	2		
	Romano / Moderno / Contemporâneo	2		
<i>Medieval</i>	Medieval	2	14	3
	Medieval / Moderno	10		
	Medieval / Moderno / Contemporâneo	2		
<i>Moderno</i>	Moderno	20	41	10
	Moderno / Contemporâneo	21		
<i>Contemporâneo</i>	Contemporâneo	34	34	8
<i>Indeterminado</i>	Indeterminado	45	45	11

As evidências iniciais apontavam para a presença humana no concelho de Avis desde a Pré-História Antiga. Esses materiais suscitavam, no entanto, algumas dúvidas quanto à sua classificação e integração cronológica. Na primeira fase da Carta Arqueológica não foram identificados vestígios que pudessem confirmar a existência de contextos tão recuados (RIBEIRO, 2008, p. 5).

Na sequência desse diagnóstico inicial, iniciou-se em 2011, na segunda fase da Carta, um plano de prospecção focado no Paleolítico (RIBEIRO e SALVADOR, 2013, p. 135-139). Pretendia-se compreender a aparente ausência de vestígios paleolíticos na região e investigar os processos que, caso confirmados os indícios de ocupação tão remota, teriam influenciado a distribuição e a organização do território ao longo do tempo.

A partir de 2018, já no âmbito do projecto TEMPH, as prospecções foram alargadas, beneficiando de

condições mais favoráveis à identificação de contextos Paleolíticos, nomeadamente o acesso a zonas que, anteriormente, se encontravam submersas ou de difícil leitura arqueológica.

A revisão sistemática dos dados e a expansão de áreas cobertas permitiram assim identificar um número crescente de vestígios associados à ocupação paleolítica, com especial incidência na zona oeste do concelho. Esta área, marcada pelas ribeiras de Santa Margarida e da Margem — ambas subsidiárias do rio Sor —, revelou diversos locais inéditos com testemunhos de indústria macrolítica (RIBEIRO, 2023a, p. 365-374).

Figura 3. Indústria lítica sobre seixo. Margem esquerda da ribeira de Santa Margarida



Os vestígios desta ocupação, que se encontra ainda em estudo, correspondem exclusivamente a indústria lítica sobre seixo de quartzito e apontam para a presença de comunidades humanas durante o Paleolítico Médio (*idem*, 2023a, p. 369). A confirmação, em 2025, de artefactos atribuíveis ao Paleolítico Inferior representa um avanço significativo no conhecimento da ocupação mais antiga do território, constituindo-se como um dos eixos prioritários de investigação.

No que respeita ao Neolítico, a perspectiva de análise também se transformou no seguimento dos trabalhos de prospecção. A ocupação pré-histórica, anteriormente associada, quase exclusivamente, aos monumentos megalíticos, passou a integrar um conjunto mais alargado de vestígios, incluindo contextos habitacionais e exemplares de arte rupestre (RIBEIRO, 2023b).

Figura 4. Vista geral do Complexo do Pedrogão



Entre as evidências identificadas, destacam-se as ocorrências atribuídas às etapas iniciais do Neolítico, consideradas fundamentais para uma nova compreensão do processo de neolitização deste território. Registos desses momentos fundamentais para o estudo da ocupação humana no concelho encontram-se concentrados no Complexo do Pedrogão, distribuído ao longo das margens da ribeira de Seda (RIBEIRO, 2018a). Foram igualmente identificados outros núcleos de ocupação, aparentemente coevos, associados a diferentes áreas do concelho, nomeadamente à ribeira de Sarrazola, afluente da ribeira de Seda, e à ribeira Grande, na envolvente ao povoado da Ladeira e a uma área de concentração de monumentos megalíticos (*idem*, 2018a).

Figura 5. Anta da Cumeada (UF Benavila e Valongo). Integra o Complexo do Pedrogão



Figura 6. Anta Cortesia 1 (Avis)



A consolidação da ocupação pré-histórica evidencia-se através da construção de estruturas megalíticas que, em Avis, correspondem a cerca de 20 % do inventário geral do património arqueológico de Avis, e têm como expressão mais comum as antas.

Figura 7. Intervenção arqueológica no sítio da Ladeira, Ervedal



Da análise dos dados revistos e actualizados é perceptível a multiplicidade de expressões arquitectónicas

associadas a estruturas funerárias, que não se resume apenas a diferenças morfológicas, mas também ao nível da dimensão, do suporte e da implantação dos monumentos (*idem*, 2014).

As variáveis identificadas evidenciam a heterogeneidade de contextos associados à construção e utilização destas estruturas, revelando um universo multifacetado de ocupação do território entre os V e III milénios a.C. Tal diversidade resulta da implantação de comunidades em distintos contextos naturais, seleccionados em função das respectivas estruturas económicas e dos circuitos de circulação (*idem*, 2015a).

Os contextos habitacionais contemporâneos correspondem, na sua maioria a vestígios de superfície, destacando-se, neste contexto, o povoado da Ladeira, cujas evidências indicam a presença de um povoado extenso e estruturado, implantado na margem esquerda da ribeira Grande (*idem*, 2010, p. 35-64; *idem*, 2014-2015, p. 309-340).

Os vestígios de ocupação associados a este curso de água têm vindo a tornar-se mais evidentes. Para além dos sítios Areias 1 (*idem*, 2008, p. 7), Torre de Ervedal 10 (*idem*, 2018a, p. 78 e 88) e Areeiro 2 (RIBEIRO e SALVADOR, 2013, p. 137-138), os trabalhos realizados recentemente forneceram um importante conjunto de ocorrências de áreas de habitat e de arte rupestre (RIBEIRO, 2018b, p. 89-92). Para a restante área do concelho, registam-se diversas ocorrências isoladas ou vestígios de superfície (*idem*, 2014; *idem*, 2015a).

Um outro elemento que adquiriu expressão com a Carta Arqueológica foi a arte rupestre, realidade praticamente desconhecida até ao início dos trabalhos. As rochas gravadas poderão ser enquadradas na ocupação pré-histórica do concelho, evidente a partir da convergência espacial com os restantes sítios pré-históricos, em particular com as estruturas megalíticas.

Os motivos registados são pouco diversificados, correspondendo, na sua quase totalidade, a covinhas, isoladas ou agrupadas. A distribuição das rochas gravadas em contextos diferenciados, utilizando suportes, superfícies e disposição diversificados, constituem indicadores da multiplicidade simbólica e funcional destas realidades. As gravuras identificadas acompanham, em parte, a distribuição das estruturas funerárias, verificando-se, no entanto, um aumento considerável dos exemplares relacionados com contextos não funerários, incluindo espaços habitacionais (*idem*, 2017b).

Ao contrário do período precedente, os testemunhos de ocupação do território na Idade do Bronze e na Idade do Ferro permanecem escassos e inconclusivos. Para além dos exemplares de ourivesaria adquiridos, em 1910 e 1913, por José Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1913, p. 141; PARREIRA e PINTO, 1980, p. 4 e 13), não foram identificadas outras evidências claras integráveis nestes períodos.

Registam-se alguns materiais provenientes da Ladeira, cuja cronologia não é ainda clara, mas que poderão estar associadas a produções da Idade do Ferro (RIBEIRO, 2014-2015, 333), assim como indícios em locais destacados na paisagem e com ampla visibilidade, como Monte Ruivo 1 e Louriga (*idem*, 2008, p. 7). No entanto, a insuficiência de testemunhos observáveis à superfície limita a atribuição de uma cronologia precisa para esses contextos.

A alteração deste quadro requer a continuidade do trabalho de prospecção, adoptando novas estratégias orientadas para a identificação de sítios proto-históricos, baseadas em padrões alternativos de ocupação do território.

O período romano encontra-se representado por um conjunto diversificado de sítios, inseridos numa rede de povoamento disperso e predominantemente rural, estruturada em torno das *villae*, às quais se associavam núcleos de menor dimensão (*idem*, 2015b).

Figura 8. Painel gravado sobre rocha. Horta das Rosas 7 (Ervedal)



A distribuição dos vestígios romanos é, contudo, desigual: a área ocidental do concelho, dominada por depósitos de areias e arenitos, revela um número reduzido de ocorrências, em contraste com o restante território, onde se concentram expressivas evidências de ocupação dessa época.

Sítios de maior dimensão, como Ladeira, Chafariz, Entre Águas 1 ou Bembelide, forneceram elementos essenciais para a definição e compreensão deste período de ocupação enquadrado entre o início do século I d.C. e o século IV d.C. (*idem*, 2015b, p. 23-24). Associada a uma fase mais tarde regista-se a necrópole da Carapeta, atribuída à Antiguidade Tardia (FERREIRA, 1991).

Figura 9. Carapeta 3. Estrutura de período romano (UF Alcórrego e Maranhão)



O carácter rural que marcou a ocupação do território em época romana parece ter-se mantido até períodos relativamente recentes. Contudo, as prospeções realizadas não permitiram reunir informação substancial sobre a ocupação do espaço rural durante as épocas medieval e moderna. Para estes períodos, destacam-se apenas algumas estruturas e edifícios dispersos, muitos deles de natureza religiosa.

Figura 10. Capela de Nossa Senhora de Entre Águas. Vista geral



Destaca-se a Capela de Nossa Senhora de Entre Águas, para a qual foram recolhidos, em 2018 e em contexto de acompanhamento de obras de recuperação, elementos fundamentais para o seu estudo, que

vieram reforçar a importância deste edifício e da sua envolvente, cuja ocupação recua ao período romano (*idem*, 2019a, p. 416-419 e 431-435).

A informação concentra-se nos núcleos urbanos, com especial relevância para a vila de Avis. A sua posição geoestratégica, articulada com importantes vias terrestres e fluviais, terá favorecido o desenvolvimento do antigo lugar de *Abbez* e motivado a sua posterior disputa pelos cristãos (*idem*, 2008, p. 9). Para além das referências documentais e topográficas, a presença islâmica no território começa também a tornar-se perceptível, ainda que de forma discreta, através de algumas evidências materiais (*idem*, 2019b, p. 377 e 382).

Figura 11. Fracção em estudo. Mosteiro de São Bento de Avis



É na vila que se regista a maior concentração de testemunhos, relacionados com o sistema defensivo, o conjunto monástico de S. Bento de Avis (*idem*, 2019b) e a estrutura urbana que ainda caracteriza a área mais antiga da vila, onde se incluem exemplares de arquitetura religiosa e civil, bem como espaços

funerários (*idem*, 2013).

De cronologia mais recente, subsistem no território outros testemunhos de relevante valor histórico, tecnológico, arquitetónico, científico e social. Muitos destes locais foram reutilizados ou encontram-se hoje abandonados, perdendo-se, em diversos casos, a memória do engenho e da criatividade que marcaram a sua construção.

Figura 12. Moinho. Cardoso 4 (Figueira e Barros)



Neste enquadramento foram considerados vestígios de arqueologia industrial e exemplos de arquitetura religiosa ou civil, valorizados pelo seu carácter singular e/ou pela sua inserção em áreas de potencial arqueológico, muitos dos quais já registados na primeira fase da Carta Arqueológica. A inexistência de um enquadramento que garanta a aplicação de medidas de salvaguarda à maioria das ocorrências identificadas reforçou a sua integração no levantamento realizado.

Moinhos de imersão, moinhos de vento, pontes, fontes, estruturas agrícolas, engenhos, entre outros elementos, marcam o território e a paisagem, pelo que o seu registo foi considerado fundamental para a leitura diacrónica da ocupação deste território e a caracterização da sua estrutura de povoamento.

5. Para uma gestão integrada do património arqueológico de Avis

Tendo como referência a Carta Arqueológica de Avis, verificou-se, ao longo das duas últimas décadas, um incremento substancial no número de sítios de interesse arqueológico. Paralelamente, identificaram-se novos factores de pressão que comprometem a integridade e a conservação desses valores patrimoniais. Entre estes, destacam-se o desenvolvimento de empreendimentos associados ao sector energético e a expansão de modelos de produção agrícola em regime intensivo, actividades que, actualmente, exercem maior impacto sobre o solo e o subsolo.

A minimização dos impactos negativos associados a estes novos contextos implica a definição de medidas preventivas, actualizadas e adaptadas às novas exigências. A Carta Arqueológica e a atualização do inventário do património arqueológico assumem-se, assim, como referências fundamentais para a caracterização do

território, a identificação do seu potencial e a avaliação de impactos, uma vez que permitem conhecer e avaliar a real dimensão dos vestígios arqueológicos, a sua distribuição e relação com a paisagem.

Neste âmbito, a transposição da Carta Arqueológica para os instrumentos de gestão territorial assume particular relevo, uma vez que constitui uma ferramenta fundamental, fornecendo uma visão abrangente do potencial arqueológico do concelho, identificando aptidões e avaliando interferências.

No actual contexto, a integração do inventário de sítios arqueológicos no processo de revisão do Plano Director Municipal de Avis permitiu o enquadramento, a caracterização e o diagnóstico do património arqueológico e a elaboração de uma Carta de Património com as respectivas medidas de salvaguarda.

Reforça-se, deste modo, o papel da Autarquia, no âmbito das suas competências, na protecção do património arqueológico, tornando-a mais intervativa e activa, e define-se uma estratégia de salvaguarda adequada às evidências inventariadas, garantindo uma maior participação da Arqueologia nos processos de gestão do território.

Para além do seu contributo para os instrumentos de gestão e planeamento territoriais, a Carta Arqueológica assume igualmente um papel determinante na definição de estratégias de investigação, salvaguarda, e valorização do património, assegurando uma abordagem preventiva, integrada e mais consistente.

O estudo contínuo do território, acompanhado da revisão e da actualização permanente da informação face à descoberta de novas realidades, bem como a avaliação arqueológica dos impactos decorrentes de operações urbanísticas, agrícolas e florestais, constituem duas linhas de actuação fundamentais.

Paralelamente, a Carta Arqueológica sublinha a relevância do património arqueológico enquanto testemunho histórico e recurso dinâmico, reforçando a necessidade de se promover uma maior aproximação entre a comunidade e o seu património.

Figura 13. Iniciativas de divulgação do património arqueológico: Circuito do Xisto (Roteiro Megalítico Entre Pedras e Pedrinhas) e Palestra “De regresso à Ladeira. História e memória de um sítio arqueológico (Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal). Fotografias cedidas por João Pedro Amante.



Compreendendo que a valorização efectiva destes valores depende da percepção e apropriação social dos mesmos, foram desenvolvidas, ao longo do projecto, diversas acções de divulgação e de envolvimento da comunidade, com o objectivo de partilhar o conhecimento produzido e fortalecer o vínculo colectivo ao património arqueológico.

Desta forma, a informação reunida serviu de base para a elaboração de roteiros, visitas, publicações, exposições e apresentações, sendo igualmente integrada em programas educativos dirigidos a diferentes níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino superior.

Figura 14. Trabalhos de prospecção



Este princípio de proximidade efectivou-se também na participação de jovens locais nas campanhas da Carta Arqueológica, permitindo o contacto directo com metodologias, materiais e contextos arqueológicos, contribuindo para a sensibilização das faixas etárias mais jovens.

Figura 15. Iniciativa realizada no Centro de Convívio e Apoio Social Eng. João Antunes Tropa, da Fundação Abreu Callado, em Benavila. Fotografia cedida por Paula Rasquete.



Igualmente relevantes são as iniciativas dirigidas ao público sénior, alicerçadas, por vezes, em tradições locais, a partir das quais se promove o diálogo e a partilha de conhecimentos.

No âmbito da promoção cultural e turística, as acções centradas no património arqueológico têm desempenhado um papel significativo na diversificação da oferta local, atraindo novos públicos e reforçando o contributo da Arqueologia para o dinamismo social e económico do concelho.

A implementação da Carta Arqueológica promoveu também o investimento municipal na actividade arqueológica local, incentivando a criação do Centro de Arqueologia de Avis. A criação e consolidação de um serviço municipal dedicado à Arqueologia tem assegurado, de forma contínua e estruturada, o estudo, a salvaguarda e a valorização do património arqueológico local.

A Carta Arqueológica de Avis representa, assim, um marco na abordagem ao património arqueológico do concelho, alterando a leitura do território e da sua história. Mais do que um simples inventário de sítios arqueológicos, a Carta delineou uma abordagem integrada e sistemática, baseada em trabalhos de prospecção e georreferenciação, análise documental e interpretação espacial, permitindo reconhecer padrões de ocupação e processos de transformação da paisagem ao longo do tempo, tornando possível uma leitura integrada do território e das principais sequências de ocupação humana que o definem.

Para além do seu valor científico, a Carta funciona como uma ferramenta estratégica, orientando metodologias de intervenção e fornecendo orientações para o estudo e a preservação do património. Ao sistematizar procedimentos e criar referências, o projecto garantiu que os dados obtidos não refletissem apenas a realidade arqueológica, mas que pudesse também fundamentar decisões de planeamento territorial, avaliação de impactos e implementação de medidas de salvaguarda.

Decorridas duas décadas desde o início dos trabalhos, a síntese dos resultados demonstra a importância da Carta enquanto instrumento de referência para a gestão do património arqueológico local. Os dados obtidos documentam um património diversificado e com elevado potencial científico e cultural, que constitui um recurso estratégico: orienta políticas de salvaguarda, inspira estratégias de divulgação e educação patrimonial, e fortalece a articulação entre ciência, gestão territorial e cidadania cultural.

Considerando que a Carta Arqueológica se configura como um sistema aberto e em permanente actualização, a continuação dos trabalhos e o aperfeiçoamento das metodologias e leituras são essenciais. A incorporação de novos dados, a reavaliação de sítios e a aplicação de ferramentas analíticas actualizadas permitem rever e aperfeiçoar modelos interpretativos e manter o dinamismo que caracteriza o processo de gestão do património arqueológico. Este caráter evolutivo assegura a eficácia da Carta como instrumento técnico eficaz, capaz de responder às exigências da gestão integrada do património arqueológico em Avis e aos desafios que se colocam à preservação da identidade cultural.

6. Bibliografia

- CARVALHO, A. M. Galopim de e CARVALHOSA, A. Barros (1982) - *Notícia explicativa da folha 32-A, Ponte de Sor. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, Direcção Geral de Geologia e Minas.
- CORREIA, Vergílio (1921) - *El Neolítico de Pavía (Alentejo-Portugal)*. Madrid, Museo Nacional de Ciencias Naturales.
- GONÇALVES, Francisco; ZBYSZEWSKI Georges e PINTO COELHO, A. V. (1975) - *Notícia explicativa da folha 32-D, Sousel. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, Direcção Geral de Geologia e Minas.
- FERREIRA, Fernando E. Rodrigues (1991) – *Estação Arqueológica do Monte da Carapeta – Avis. Relatório da campanha de 1991*. Volume policopiado.
- LEISNER, Georg e LEISNER, Vera (1959) - Die Megalithgräber der Iberischn Halbinsel der Westen, Berlim.
- NETO, Maria Cristina Santos (1976-1977) - Notícias inéditas sobre dolmens em Portugal. *Setúbal Arqueológica*, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, volume II-III, p. 99-107.
- PARREIRA, Rui e PINTO, Clara Vaz (1980) – *Tesouros da arqueologia portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*: Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.
- PIÇARRA, José M.; DIAS, Ruben P.; RIBEIRO, M. Luísa; SOLÁ, Rita; BARBOSA, Bernardo e PAIS, João (2009) – *Notícia explicativa da folha 32-C, Avis. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000*. Lisboa, Laboratório Nacional de Energia e Geologia.
- RIBEIRO, Ana Cristina (no prelo) – Património arqueológico de Avis: do inventário aos instrumentos de gestão territorial. Actas do Encontro Arqueologia, Património e Autarquias, Almada, 11 e 12 de janeiro de 2024.
- RIBEIRO, Ana Cristina (2023a) – Novos testemunhos de ocupação pré-histórica na área da ribeira de Santa Margarida (Alto Alentejo): notícia preliminar. Arnaud, J. M., Neves, C. e Martins, A. (eds.) *Actas do IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEAACP, CEIS20 e IA-FLUC, Lisboa, p. 365-374.
- RIBEIRO, Ana Cristina (2023b) - O Neolítico no concelho de Avis: balanço e perspectivas de investigação. FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira e CORREIA, Miguel Filipe, coords. *Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura [Do Neolítico ao Período Medieval]*. Palmela. Município de Palmela, p. 33-40.
- RIBEIRO, Ana Cristina (2022) – Revisão da Carta Arqueológica de Avis novos desafios na gestão do património arqueológico e na sua afirmação nas dinâmicas locais. *Scientia Antiquitatis: IV Actas das Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano*, vol. 1, n.º 1, p. 342-352.
- RIBEIRO, Ana Cristina (2020) – Património Arqueológico e Gestão Territorial: O contributo da Arqueologia para a revisão do PDM de Avis. ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 223-236.
- RIBEIRO, Ana Cristina (2019a) – Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas. *Scientia Antiquitatis, Salvaguarda Arqueológica*, vol. 3, n.º 1, p. 415-446.
- RIBEIRO, Ana Cristina (2019b) – Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica. *Scientia Antiquitatis, Salvaguarda Arqueológica*, vol. 3, n.º 1, p. 355-384.
- RIBEIRO, Ana Cristina (2018a) – O Complexo do Pedrogão no contexto das primeiras sociedades camponesas: breves notas sobre o povoamento neolítico no concelho de Avis. *História e Economia, Revista*

Interdisciplinar, vol. 21, n.º 2, p. 83-100.

RIBEIRO, Ana Cristina (2018b) – Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis. *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa e Aroche*, Câmara Municipal de Serpa, p. 73-94.

RIBEIRO, Ana Crisitna (2018c) – Entre Pedras e Pedrinhas. Construção de um Roteiro Megalítico em Avis. *Al-madan*, n.º 21, tomo 2, p. 8-17.

RIBEIRO, Ana Cristina (2017a) – O povoamento neolítico em Avis: uma análise preliminar dos dados disponíveis. *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 581-590.

RIBEIRO, Ana Cristina (2017b) – Arte rupestre no concelho de Avis. Análise preliminar da distribuição das gravuras rupestres no contexto do povoamento megalítico. *Scientia Antiquitatis. Actas do III Congresso Internacional de Arqueologia de Transição - Estratégias de povoamento: Da Pré-História à Proto-História*, CHAIA/ Universidade de Évora, vol. 1, n.º 1, p. 139 -154.

RIBEIRO, Ana Cristina (2017c) – Plano de Gestão e Valorização de Sítios e Monumentos Arqueológicos: um contributo para a salvaguarda do património megalítico de Avis. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 21, tomo 2, p. 33-42.

RIBEIRO, Ana Cristina (2015a) – Novos dados sobre o megalitismo funerário do concelho de Avis. *Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário*. Évora: CHAIA, Universidade de Évora, p. 17-33.

RIBEIRO, Ana Cristina (2015b) – O povoamento rural romano no concelho de Avis: uma primeira abordagem interpretativa dos dados reunidos no decurso da Carta Arqueológica. *Abelterium*, Câmara Municipal de Alter do Chão, Volume II, n.º 1, p. 8 -25.

RIBEIRO, Ana Cristina (2014-2015) – Ladeira, 100 anos depois de José Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, Lisboa: MNA, série V, volume 4/5, p. 309-340.

RIBEIRO, Ana Cristina (2014) – Apontamentos sobre o megalitismo funerário no concelho de Avis. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 18, tomo 2, p. 75-88.

RIBEIRO, Ana Cristina (2013) – Espaços de morte na vila de Avis. Os primeiros resultados da intervenção arqueológica realizada na necrópole do Largo Dr. Sérgio de Castro. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 17, tomo 2, p. 46-58.

RIBEIRO, Ana Cristina (2010) – Novos elementos para o estudo do sítio da Ladeira, Ervedal. Resultados preliminares da primeira fase do projecto de investigação. *Vialibus*, Revista da Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal, n.º 2, p.35-64.

RIBEIRO, Ana Cristina (2008) – Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 16, VII, p. 1-12.

RIBEIRO, Ana Cristina e SALVADOR, Margarida (2013) – A Carta Arqueológica de Avis. Reflexões sobre o Paleolítico. *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 135-139.

SILVA, Manuel Rodrigues de Matos (1895a) – Notícia das antiguidades prehistóricas do concelho de Avis. Anta Grande da Ordem. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1, p. 120-125.

SILVA, Manuel Rodrigues de Matos (1895b) – Notícia das antiguidades prehistóricas do concelho de Avis. Anta da herdade da Capella. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1, p. 214-216.

SILVA, Manuel Rodrigues de Matos (1896) – Notícia das antiguidades prehistóricas do concelho de Avis. Anta da herdade do Assobiador. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 2, p.239-240.

SISMET (1981) – *Pré-inventário artístico e cultural do concelho de Avis*. Volume policopiado.

VASCONCELOS, José Leite de (1912) – Pelo Alentejo. Arqueologia e Etnografia. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, vol. XVII, p. 284-289.

VASCONCELOS, José Leite de (1913a) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: INCM. Vol. III.

VASCONCELOS, José Leite de (1913b) – D'une manière de fabriquer les haches néolithiques. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série I, vol. 18, p. 57-58.

VASCONCELOS, José Leite de (1913c) - Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série I, vol. 18, p.131-168.

VASCONCELOS, José Leite de (1914) – Crónicas. Excursão alentejana. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, vol. XIX, p. 386-398.

VASCONCELOS, José Leite de (1916a) – Entre o Tejo e o Odiana. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 21, p. 152-168.

VASCONCELOS, José Leite de (1916b) – Notas epigráficas. Dois monumentos sepulcrais romanos do Alentejo. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série I, vol. 21, pp. 316-318.

VASCONCELOS, José Leite de (1918) – Coisas Velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 23, p. 356-369.

Arquitectura na Lusitânia Romana

considerações à margem de um ensaio

José d'Encarnação^{a, @}

^aAcademia das Ciências de Lisboa.
@Contacto: jde@fl.uc.pt

Resumo

Thomas Schattner assinou o volume 10 – *Arquitectura romana en Lusitania. Breve esbozo de edificios sacros y públicos* (2024) – da série levada a cabo pelo Museo Nacional de Arte Romano, de Mérida. Dá-se conta do interesse historiográfico desta série e analisa-se o bem significativo conteúdo do volume. Um volume denso de informação, que nos pareceu digno de comentário em relação a vários dos tópicos nele focados, no intuito de melhor se ajuizar da justeza da investigação realizada.

Palavras-chave

Lusitânia romana | arquitectura | pontes | templos | teatros | anfiteatros

Abstract

The volume number 10 of *Studia Lusitana* (from Museo Nacional de Arte Romano, Mérida) is dedicated by Thomas Schattner to the Roman architecture of Lusitania. A panoramic overview about the public buildings: temples, theatres, amphitheatres, baths, bridges ... Various comments are done on this paper to show the real interest of the volume.

Keywords

Roman architecture | bridges | theatres | temples | amphitheaters

1. Os *Studia Lusitana*

Numa iniciativa do Museu Nacional de Arte Romano, de Mérida, deu-se início, em 2004, à publicação de uma série com o nome geral de *Studia Lusitana*. A ideia era dar a conhecer o fruto da investigação sobre determinados temas da Lusitânia. Recorde-se que Mérida foi a capital dessa província romana e entre o Museu Nacional de Arte Romano e os docentes da Universidade de Coimbra e, depois, da Universidade de Lisboa e, de um modo geral, das universidades portuguesas, se foram estabelecendo, pouco a pouco, laços de muita amizade, camaradagem e estrita colaboração.

Assim, o primeiro volume, em 2004, foi de uma portuguesa, Pilar Reis, que deu a conhecer o trabalho que fizera no mestrado sobre termas e balneários romanos. Luís Rodrigues Gonçalves, da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, traçou, em 2007, o panorama do que se conhecia sobre a escultura romana em Portugal, «uma arte do quotidiano». De Félix Teichner se publicou, em 2008, *Entre Tierra y Mar*, dois volumosos livros (texto e ilustrações), que constituem o mais completo estudo levado a cabo sobre seis *villae* romanas do litoral algarvio. A própria *alma mater* desta série, a Doutora Trinidad Nogales Basarrate, hoje Directora do Museu Nacional de Arte Romano, chamou a si a tarefa de editar os volumes com as actas de duas reuniões científicas: uma, sobre a cidade e o fórum na Lusitânia (2009) e outra que teve como temática uma panorâmica sobre as cidades romanas de Extremadura (2014). Houve oportunidade de se fazer a monografia sobre os trabalhos realizados no emblemático Castelo da Lousa entre 1997 e 2002, sob orientação de Jorge de Alarcão, Pedro C. Carvalho e Ana Gonçalves (volume 5). Adrian De Man tratou das muralhas tardias da Lusitânia (volume 6, 2011) e Vasco Gil Mantas deu conta do que então se conhecia do traçado viário na província (volume 7, 2012). No âmbito de uma exposição que esteve patente em Lisboa e em Mérida, subordinada ao tema «Lusitânia Romana, Origem de Dois Povos», foi o respectivo catálogo incluído na

série (nº 9, 2015).

Ou seja, praticamente tudo o que importava saber sobre a província da Lusitânia ali ficara já exaustivamente compendiado.

Faltava, porém, uma visão global sobre a arquitectura, nomeadamente o que poderia trazer-nos de novo a análise dos aspectos construtivos dos edifícios públicos. Teriam os arquitectos que trabalharam na Lusitânia seguido os cânones clássicos, sobretudo de acordo com as normas estabelecidas, por exemplo, no *De Architectura* de Vitrúvio? Haverá possibilidade de se encontrar, na época romana e neste confim, algo de diferenciador, como vai acontecer, séculos mais tarde, com o estilo gótico que, tendo nascido para responder a necessidades edilícias estruturais, acabou por se prolongar no manuelino português, no plateresco de Espanha e no flamejante francês?

Trataria, sintomaticamente, de arquitectura o I volume (Paris, 1977) da série *Fouilles de Conimbriga*, que descreve os edifícios (públicos e particulares) identificados na cidade no decorrer das escavações luso-francesas; mas, decerto também devido à sua complexidade e, porventura, porque o relacionamento entre o arqueólogo e o arquitecto sempre se pautou pela diversa visão, a arquitectura dos monumentos arqueológicos tardou a merecer a necessária atenção.

Entre nós, será preciso esperar pelo espírito aberto de Theodor Hauschild (1929-2024) – a cuja memória (*Magister et Amicus*), aliás, o volume é mui justamente dedicado – para o arranque dessa nova perspectiva. Além da actividade ímpar que desenvolveu em Espanha (mormente na cidade romana de Muníguia), devemos-lhe um olhar bem perspicaz sobre o teatro romano de Lisboa, a *villa* de Milreu e, de modo especial, sobre o templo romano de Évora. E será Mariana Soares Martins de Carvalho, qual herdeira do legado de Hauschild, que retomará brilhantemente esses estudos com a tese de doutoramento defendida na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, em 2022: *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*, que, em 2023, mereceu da Associação dos Arqueólogos Portugueses o Prémio Eduardo da Cunha Serrão, por se tratar de um trabalho pioneiro, que mui louvavelmente poderá vir a ser encetado em relação a outros monumentos.

Daí que – embora, no volume sobre cidade e o fórum, a arquitectura haja tido uma palavra a dizer – se haja expressamente incluído em *Studia Lusitana* um volume sobre esta promissora temática, lacuna que Thomas Schattner veio preencher: é o volume nº 10 (2024), *Arquitectura romana en Lusitania*, em língua castelhana. 130 páginas, adequadamente ilustradas com desenhos e fotografias, oportunas tabelas, exaustiva bibliografia (p. 103-127). ISBN: 978-84-617-3695-9. A edição é do Museo Nacional de Arte Romano.

O autor, alemão de origem, organizou em Portugal a sua vida familiar, tendo-se partilhado nos últimos tempos entre Madrid e Lisboa, na medida em que, entre 1996 e 2021, dirigiu o Departamento de Madrid do Instituto Arqueológico Alemão. Teve oportunidade de se integrar em equipas de investigação existentes em Portugal e em Espanha sobre línguas e culturas paleo-hispânicas e, de modo especial, da UNIARQ – Unidade de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, entidade onde, a partir de certa altura, Carlos Fabião e Amílcar Guerra passaram a ser responsáveis pela continuidade dos trabalhos quer no santuário de Endovélico (no Alandroal) quer na cidade de Ammaia (Marvão), e Thomas Schattner viria a integrar também essa equipa. Os 21 trabalhos seus citados na bibliografia do volume aí estão a documentar o seu grande interesse por esta área da história romana da Lusitânia.

2. «Um breve esboço»

De acordo com o subtítulo, trata-se de um «Breve esboço de edifícios sagrados e públicos». O objectivo do autor é, portanto, o de dar uma breve visão geral desses edifícios, do ponto de vista arquitectónico, um «inventário descritivo», primeiro passo que proporcionará a análise em termos de “romanização”, a integração «no contexto político, económico, religioso, social e cultural das Hispaniae» (p. 13, “Introdução”) sendo a

palavra-chave «diferenciação», ou seja, será que houve uma “tensão”, uma divergência entre, por um lado, a «diferenciação local, individualizadora» e, por outro, «a romanização homogeneizadora, trans-regional»?

Especifica-se claramente que o objeto do ensaio incide sobre a «arquitectura sacra e pública», isto é: os *fora* e os diversos tipos de templos, os teatros, anfiteatros, círcos, termas, monumentos em arco, ruas com pórticos, pontes e muralhas urbanas.

Ainda na introdução, o autor assinala que vai seguir os limites da Lusitânia conforme têm sido estabelecidos ultimamente e, antes de entrar propriamente no tema, recorda que o mais difícil para ele foi a notória falta de material gráfico adequado, essencial para um tema como este: planos, cortes e outros desenhos.

Compreende o corpo essencial do trabalho a descrição miúda do que lhe foi possível analisar no domínio proposto. Aí encontrará, pois, o leitor, mormente se arqueólogo, uma recolha completa sobre o que foi escrito e discutido em relação a cada um dos testemunhos inseridos nas tipologias atrás citadas. Neste aspecto, o volume poderia assumir-se como valiosa actualização do que foi escrito até agora acerca dos monumentos analisados. Ainda mais valiosa seria, estou em crer, se, nesse âmbito, tivesse sido encarado não como mero ‘volume de síntese’, mas também desse prisma de estudo actualizado, para o que se postularia considerá-lo como ‘livro de consulta’, munido de índice temático e índice geográfico. Para responder, a título de exemplo, a perguntas como «Que há de novo sobre o monumento de Orjaís?» ou «Que novas perspectivas temos, hoje, das muralhas de *Olisipo*?». A presença dos referidos índices facilitaria, em muito, ulterior pesquisa a partir daqui e aumentaria substancialmente o valor deste, já de si, mui valioso trabalho.

Nessa tentativa de colher especificidades locais ou regionais, não surpreenderá a dificuldade em responder à pergunta: «Conheciam os arquitectos lusitanos os tratados teóricos romanos, Vitrúvio, por exemplo?». Será possível identificar, em panos de muralhas, algo de particular? Recordo-me, porém, que, no decorrer da visita feita, em Outubro de 1992, por ocasião do *X Congrès International d'Épigraphie Grecque et Latine*, ao criptopórtico de Arles, o arqueólogo nos chamou a atenção para um pormenor arquitectónico que, segundo ele, indicava claramente ter havido identidade de modelo em relação ao criptopórtico de *Aeminium* e até sugeriu a possibilidade de atribuição desse criptopórtico do Sul da Gália a *Caius Sevius Lupus, architectus Aeminiensis Lusitanus*, que fez uma dedicatória a Marte junto ao farol da Corunha.

Sabe-se do papel relevante da presença de um templo no espaço rural e no urbano. Nesse edifício, porventura mais do que noutras, a intervenção dos mecenás não terá sido despicienda, sendo fácil suspeitar que a obediência a normas estéticas estabelecidas (por eventual determinação superior ou por mera questão consuetudinária) poderá não ter existido.

Seria, sem dúvida, aliciente concluir, depois da possível análise dos edifícios e das suas sucessivas reconstituições a partir dos elementos estruturais disponíveis, se houve, ou não, influências estéticas regionais.

Será, pois, ocasião oportuna para se lerem as conclusões a que Thomas Schattner logrou chegar e que optou por apresentar de forma envolta em manto sibilino:

«[...] Aqueles que esperavam pouco encontrarão muito em *Lusitania*; aqueles que esperavam modelos deficientes encontrarão – pelo menos, ocasionalmente – tecnologia de ponta; aqueles que esperavam uma simplicidade cansada encontrarão um espírito brilhante. Mas também uma diversidade fluorescente em soluções específicas e regionalismos cujo carácter estranho, na melhor das hipóteses, é reflexo de um sentimento ou duma proximidade indígena. Todavia, também todo aquele que tivesse esperado uniformidade não teria dificuldade em a encontrar» (p. 102).

Para concluir:

«Em suma, quando se segue o modelo da *urbs* ou de Itália, tanto na capital como na província, o que se pretende não é uma imitação precisa de Roma, mas sim a criação de ambientes específicos, sentidos como romanos, através da simulação dos seus referentes arquitectónicos» (p. 102).

A aparente inconclusão não desmerece – nem podia desmerecer! – o esforço feito, porque é legítima a questão de que se partiu, até porque, ao contrário do que sucede com a Arquitectura (ou, pelo menos,

pensa-se que sucedeu), atendendo à também mui cuidada investigação levada a efeito, outro tanto não sucede com a tipologia dos monumentos epigráficos, as chamadas cupas, por exemplo, como o recente estudo de Ricardo Campos (2023) o documentou: há ‘tiques’ que se diriam próprios de uma zona precisa, a ponto de a tipologia de uma peça ser capaz de nos esclarecer acerca do ambiente específico que a viu nascer ou, até, a oficina onde foi elaborada.

3. Considerações

Intitulei estas linhas de «considerações acerca de um ensaio». Ou seja, não me era possível ter a pretensão de fazer uma recensão crítica da obra, no sentido verdadeiro do termo. Tal desiderato exigir-me-ia ser leitor bastante informado acerca da temática em análise ou, de preferência, investigador que a vastos conhecimentos arqueológicos aliasse a capacidade de, oportunamente, chamar à colação, em cada específico momento desta análise, elementos que validamente complementassem, se necessário fosse, o que se escrevera. O que não é o caso.

Estamos, na verdade, perante um ensaio que convoca, a cada passo, adequadas informações, obtidas na prática ou hauridas na exaustiva bibliografia de que nas páginas 103 a 127 se dá conta. E aí residirá, a meu ver, a dificuldade em se encarar do volume uma leitura corrida, mormente por quem não estiver bem dentro dos temas abordados.

Demora-se o autor na míuda descrição dos monumentos. Uma obra de arquitectura pura e dura, dir-se-ia. Não se contém, no entanto, nesse patamar, porque o significado cultural fá-lo ‘saltar’ daí. Primeiro, muito provavelmente, a mera descrição é susceptível de enteder inclusive a quem faz e não apenas quem a lê; depois, rapidamente se entende que a forma se não restringe a uma função concreta utilitária: ultrapassa-a, na medida em que, por detrás, está o Homem que a inventou e lhe atribuiu essa função. O homem e o seu ambiente. O homem e as suas emoções, porque não?

Suscita-nos, pois, a leitura ricas e variadas pistas e não apenas no plano estritamente arquitetónico. Apontem-se também algumas dúvidas, a funcionar mais como sugestões que dimanam de um texto de densidade fora do comum (veja-se, a título de exemplo, a p. 54, totalmente ocupada por um único parágrafo de 36 linhas e 7 notas de rodapé), a demonstrar – importa repeti-lo – um ‘saber de experiências feito’, para usar a conhecida expressão com que Camões identifica o Velho do Restelo (*Os Lusíadas*, IV, 94).

3.1 O templo romano de *Pax Iulia*

Justifico essa densidade, através de um exemplo (aleatoriamente escolhido, confesso): o que se escreve, na página 51, a propósito da datação do templo de *Pax Iulia*:

«A sua datação em época de Augusto impede que seja associado a toda uma série de grandes prótomos de touros (veja-se, acima, o apartado: *Fora*), bem conservados e datados dos finais da época júlio-cláudia ou flávia. A sua vinculação a este edifício foi afastada, com razão, por Janine Lehman, assim como a hipótese de uma fase de construção posterior do templo (Hauschild 2002: 219)».

Verifique-se como, em três linhas e meia de texto no total, há a remissão para duas notas infrapaginais assim como para um outro capítulo e a alusão a dois autores, um dos quais com bibliografia citada entre parêntesis no texto e o outro a remeter para a nota. Uma atitude que, se bem observarmos, é recorrente no livro, prova de quão exaustiva foi a investigação levada a cabo.

No fundo, são duas as ideias que, nessas linhas, Thomas Schattner deixa bem claras, implícita ou explicitamente:

- 1^a) Concorda que o templo seja do tempo de Augusto;
- 2^a) Discorda que as cabeças de touro tenham servido de ornamento nesse templo, na medida em que estão bem datadas de finais do período júlio-cláudio ou flávio.

Importa, porém, clarificar o que tanto Janine Lehman como Hauschild afirmaram a esse respeito, por quanto, na louvável vontade de ser conciso, o autor remeteu para nota a opinião de Janine – os protomos «pertencem a um propileu, monumental, como entrada para a zona do *forum*» e o leitor, para melhor se inteirar deverá interromper a leitura aqui e ir mais adiante ao apartado intitulado «monumentos de arco». Quanto à afirmação de Hauschild, importa ir lê-la no original:

«Se o capitel de tipo coríntio, com características estilísticas de finais do século I d. C. [...] a ele efectivamente pertencesse, tornar-se-ia assim evidente que este templo não faria parte das construções do momento fundacional da cidade, sob César ou Augusto, ou então que teria experimentado uma renovação na época flávia ou na de Trajano.»

Convenha-se que é informação densa em tão curto discurso. Como ensaio, antojar-se-ia a necessidade de uma leitura seguida e completa para melhor se acompanhar a justeza da argumentação e, consequentemente, das conclusões daí resultantes.

3.2 A informação bibliográfica

A apresentação da bibliografia é tema que se não pode ignorar, mormente nos tempos de hoje em que o recurso à informática e a cada vez maior intervenção (mesmo sem ser solicitada) da Inteligência Artificial exige o maior rigor. Um espaço a mais ou a ausência dele podem complicar a pesquisa, pois o motor de busca requer precisão. E, se não formos exactos, corremos sérios riscos de não obter os dados em apreço. Não será, por exemplo, de admirar que a IA, solicitada a indicar a autoria da frase atrás citada «co' o saber só de experiências feito», garanta ‘a péz juntos’ que a frase é de ... Paulo Freire!

E – aproveitando o ensejo para «considerações» que não serão todas expressamente em relação a esta obra de Thomas Schattner – começo pela informação bibliográfica, porque, além de ser o busílis dos autores (cada editor segue uma regra diferente de citação ...), a sua importância não carece justificação.

A primeira é mesmo uma dessas, de ordem geral: sou contra a indicação do nome próprio em sigla, na fidelidade a uma estranha norma vinda de fora. Compreende-se a ideia: evitar custos ou eventual esperdício de tempo; mas também se compreenderá que mencionar o nome próprio em sigla pode prestar-se a equívocos: é um autor ou uma autora? O problema está quando, no texto, se faz o desdobramento! Dá-nos o autor dois exemplos elucidativos, ao atribuir a Fernanda Barata (p. 52) artigos sobre Miróbriga: não é Fernanda, é Filomena! E, na p. 104, escreve que é dum Ferreira de Almeida, o livro sobre Miróbriga dos Célticos, que é de ... Fernando de Almeida.

São traiçoeiras as siglas, mormente se pensarmos que uma pesquisa na Internet carece de rigor, pois, caso contrário, poderemos perder tempo e não chegarmos a conclusões correctas. Dois exemplos:

– Na p. 103 (bibliografia), refere-se ALARCÃO, J., de – para citar Jorge de Alarcão. Observe-se que a vírgula a separar J. da preposição ‘de’ pode induzir em erro, levando a pensar que ‘de’ poderá ser outro nome, na medida em que, nas publicações francesas e italianas (nas portuguesas, os artigos e as preposições não são consideradas para efeitos de ordem alfabética), essas preposições ‘contam’: veja-se, na p. 109, «Di Maria» no rol da letra D. No caso em apreço, a vírgula não tem sentido.

Quanto à ordem pelo qual os nomes devem vir alfabetados, importa recordar que, em Portugal, o nome do pai é o último apelido. Assim, Fernando Branco Correia deveria ser CORREIA, F. Branco; Paulo Sá Caetano: CAETANO, Paulo Sá; Ana Pereira do Vale será colocada VALE, Ana Pereira (aliás, na p. 126, está no lugar certo, independentemente da citação incorrecta).

3.3 Dois templos singulares

Chamou-me a atenção *Salacia* (p. 51-55). Um dos dois edifícios sagrados sitos no recinto amuralhado «não só representam um exemplo importante e raro de continuidade de culto com achados arquitectónicos em Hispânia [...] como também a presença mais antiga da planta de um templo grego no Ocidente hispânico» (p. 54). Registe-se.

Recorde-se que foi nesse contexto arqueológico que se encontrou a mais completa *tabela defixionis* da Lusitânia (Encarnação e Faria 2002). A esse propósito, escreve Thomas Schattner: «A complicada alusão a

Cíbele no texto fez com que se haja considerado a possibilidade de ter sido o santuário dedicado a esse culto» (p. 52). De facto, servir-se de uma *tabella defixionis* como prova de «orago» carece de justificação. Quanto a ser ‘complicada’ a alusão a Cíbele não vejo motivo para tal, porquanto a invocação diz expressamente «*Domine Megare invicte, tu, qui Attidis corpus accepisti*», uma alusão clara ao mito de Cíbele, Mãe dos Deuses, e Átis.

Porventura noutra abordagem à arquitectura romana serão de ter em conta (perdoar-se-me-á se luto pela «minha dama» . . .), em jeito de complemento, as informações epigráficas. Poderia, desde logo, referir a provável erecção de um templo à *Bona Dea* por uma liberta em *Pax Iulia* (Encarnação e Grilo, 2020), de que, por enquanto, apenas subsiste o lintel do frontão, ou a circunstância de, em relação ao templo do fórum ossonobense, haver informação epigráfica, também no lintel, dos promotores da iniciativa. Mantendo-me, porém, em *Salacia*, além de a igreja de São João dos Azinhais se prefigurar como significativo santuário rural (Almeida e Paixão 1978), temos a singular dedicatória feita por *Vicanus* ao imperador Augusto, no ano 5/4 a. C., destinada, sem dúvida, a figurar na fachada dum templo.

Essa relação com os dados epigráficos não foi, porém, esquecida quando se abordou a problemática do templo descoberto em Orjais (Covilhã), cuja proposta de reconstituição arquitectónica foi apresentada já em 2013. Este é, porém, um dos casos em que, mui louvavelmente, Thomas Schattner (p. 55-56) se não escusa a discutir o significado do edifício, nomeadamente no que concerne à divindade aí venerada. Uma discussão, adiante-se, significativa, porque está em causa a hipótese de ter sido dedicado a uma divindade indígena, *Bande Brialeacus*, a que foram dedicados dois altares encontrados perto, ou a Júpiter Óptimo Máximo, númen patente em bastantes altares da região (veja-se Leitão 2023). Escreve o autor:

«Pelos vistos, o santuário de Orjais situa-se longe de um possível aglomerado populacional, pelo que, já à partida, pensar em Júpiter como divindade principal parece arriscado e tanto mais ao interpretar-se o santuário como santuário principal do povoado. Muito mais provável é a ideia de o considerar um santuário privado, não público, *extra muros*, para Bande Brialaecus [sic]» (p. 56).

O tema merece, na verdade, reflexão: comprehende-se a progressiva substituição do culto a uma divindade indígena pelo culto a uma divindade romana, designadamente Júpiter Óptimo Máximo, a que são dedicadas muitas árulas, inclusive por indígenas; ressalve-se, porém, a circunstância de essas árulas não serem necessariamente provenientes de contexto urbano, o que demonstra a (pelo menos, aparente) facilidade como esse culto foi aceite pela população autóctone, por ser visto como à divindade maior do colonizador.

3.4 *Neptunale*

Bobadela, povoação do concelho de Oliveira do Hospital – e não a Bobadela próximo de Lisboa, como vem na fig. 33 (‘distribuição das muralhas romanas’) –, mereceu do autor tratamento especial, não por numa inscrição ter sido designada *splendidissima civitas*, mas pelo arco ainda hoje resistente ao tempo e, de modo especial, pelo anfiteatro que a saudosa Helena Frade e Clara Portas tiveram a oportunidade de identificar e descrever (1989).

Há, todavia, em Bobadela, uma inscrição intrigante, desde há muito retirada do seu desconhecido contexto original e incrustada na parede da igreja matriz. Mui larga tem sido a discussão do significado da palavra NEPTVNALE aí isoladamente patente. Para o autor, esse «pequeno templo no *forum* de Bobadela, que apresenta a inscrição inusual NEPTUNALE e que porventura pertence a um conjunto arquitectónico mais amplo» é, do ponto de vista tipológico, «um templo *in antis*» (p. 56). Na legenda da fig. 30, expressamente se escreve «inscrição do templo a Neptuno».

Tive oportunidade de proceder à revisão da problemática que essa inscrição poderia envolver e propus (2025, p. 248-250) que se tratava da identificação de um ninfeu, duma casa de fresco, inserida no contexto de uma *villa* romana. As casas de fresco constituíam, numa *villa*, como a própria palavra indica, o local onde os proprietários e seus convivas se refrescavam, por aí haver fontes ou pequenos espelhos de água. Neste caso, sob a protecção de Neptuno, para dar largas à imaginação: ali, no interior da Lusitânia, quão agradável seria, na refrescante amenidade, sentir, mesmo que apenas em pensamento, a suavidade da brisa marinha! . . . As casas de fresco, imitação dos ninfeus romanos virão a ser frequentes, séculos mais tarde,

nos abastados palacetes senhoriais.

3.5 Inventário

Não terá havido da parte de Thomas Schattner a intenção de apresentar um inventário exaustivo dos monumentos públicos, sagrados ou não, da Lusitânia romana. De resto, sabe-se bem, só se consegue colaborar na elaboração dum inventário a partir de algum que já esteja preparado; por isso, feito este, há sempre a sugestão de se incluírem mais alguns dados.

Por outro lado, apesar da já referida densidade do volume, haverá quem possa dar achegas ao que se mostrou, até porque há-de ter-se em conta que a investigação para um texto com este fôlego não parou no mês anterior ao da sua entrada para a tipografia; terminou bastante antes e, entretanto, novos dados poderão ter surgido. Aponto um sobre o qual a recente descoberta duma singular epígrafe levantou nova questão: os lugares marcados em teatros, anfiteatros e círcos (Bernardes, Candeias e Encarnação, 2025; Encarnação 2026, p. 88-90). Não será grande novidade arquitectónica; contudo, do ponto de vista social, é pormenor a ter em conta.

No caso dos *fora*, afigurar-se-ia pertinente a referência aos criptopórticos. Trata-se, é certo, dumha solução de engenharia, mas condiciona intrinsecamente o traçado das estruturas arquitectónicas. Não me refiro ao conhecido criptopórtico de *Aeminium*, que é citado, mas ao de *Olisipo*, que poderá ter sustentado, segundo alguns arqueólogos, um *forum boarium*, predominantemente ligado a actividades comerciais, dada a sua proximidade com o estuário do Tejo. Também em *Myrtilis* o criptopórtico ocupa lugar de relevo na estrutura urbana da cidade.

O rol exaustivo das termas foi, como se teve oportunidade de referir, elaborado por Pilar Reis (*Studia Lusitana* 1, 2004). Thomas Schattner elenca 9 (tabla 8, p. 78). Recorde-se que o autor seleccionou os edifícios de carácter público, ainda que, no comentário (p. 79), não deixe de fazer referência a termas privadas, onde, inclusive aponta especificidades lusitanas: «Pela sua frequência, o *laconicum* redondo [...] e as *suspensurae* arqueadas, como as conservadas na *villa* de Pisões, podem considerar-se características estruturais das termas lusitanas» (p. 79), ainda que acrescente, a concluir, que, «no seu aspecto, as termas da *Lusitania* provavelmente não se distinguiam das termas da *Gallia Narbonensis*, por exemplo» (p. 81).

Poderá estranhar-se a não-indicação das termas de S. Pedro do Sul, onde foram efectuadas escavações, embora, devido ao aproveitamento do manancial na Idade Média, boa parte da estrutura romana terá desaparecido. Poderiam, no entanto, referir-se, inclusive por se ter posto a hipótese de terem estado sob a protecção da deusa *Sulis*, a exemplo do que acontece em Bath, na Inglaterra (Encarnação 2023). Também nas termas romanas de Monchique e de Monte Real se prestou culto a divindades específicas. Do ponto de vista arquitectónico, nada se conhece das termas de *Vipasca*; quiçá não teria sido despropositada a referência a o seu uso ter sido objecto de propositada regulamentação por parte do imperador (Domergue 1983).

Em suma:

Assim se prova o que é o resultado dum trabalho de pesquisa: apresenta a síntese do que se conhece; mas tal apresentação acaba por abrir novas pistas – o que redunda, obviamente, em enriquecimento global.

4. BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO (Jorge) e ÉTIENNE (Robert), *Fouilles de Conimbriga. I – L'Architecture*. Paris: Diffusion De Boccard, 1977. (2 volumes).
- ALMEIDA (Fernando de), PAIXÃO (Judite e António Cavaleiro), «Monumentos arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)», *Setúbal Arqueológica IV*, 1978, p. 215-226.
- BERNARDES (João Pedro), CANDEIAS (Celso) e ENCARNAÇÃO (José d'), «Inscrição na antiga Quinta das Antas (*Conventus Pacensis*)», *Ficheiro Epigráfico* 280, 2025, inscrição nº 289.
- CAMPOS (Ricardo), *Um Tipo de Monumento Funerário Romano: As Cupae Líticas do Municipium Olisiponense*. Huelva: UHU.ES Publicaciones, 2023.
- CARVALHO (Mariana Soares Martins), *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/144861>
- DOMERGUE (Claude), «La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca», *Conimbriga* XXII, 1983, p. 1-205.
- ENCARNAÇÃO (José d') e FARIA (João Carlos Lázaro), «O santuário romano e a *defixio* de Alcácer do Sal», in RIBEIRO (J. Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 259-263. <http://hdl.handle.net/10316/30130>
- ENCARNAÇÃO (José d') e GRILLO (Carolina), «Em Pax Iulia, um templete à Bona Dea!», *Scientia Antiquitatis* 4, 2020, p. 117-127. <http://hdl.handle.net/10316/92618>
- ENCARNAÇÃO (José d'), «CIL II 403 – Reflexões em torno de uma ara perdida», *Mátria Digital* 11 (Dezembro 2023) p. 13-35. Santarém: Centro de Investigação Professor Joaquim Veríssimo Serrão., <https://hdl.handle.net/10316/111152>
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Apostilas epigráficas – 17», *Mátria XXI* 14, 2025, p. 239-259. <https://hdl.handle.net/10316/119400>
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Singularidades epigráficas», *Scaena* V, 2026, p. 84-91.
- HAUSCHILD (Theodor), «Templos romanos na província da Lusitânia», in RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002, p. 215-222.
- LEITÃO (Manuel), *Fontes Epigráficas para o Estudo do Culto a Júpiter em Portugal*, Castelo Branco: Euedito, 2022.
- PONTAS (Clara) e FRADE (Helena), «Descoberta de um anfiteatro romano em Bobadela», *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1989, p. 379-401.